



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 33/2015 (Autoria do Deputado Anibelli Neto)

Instituição da Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer, a ser realizada anualmente na semana que inclui o dia 27 de novembro - Dia Nacional de Combate ao Câncer.

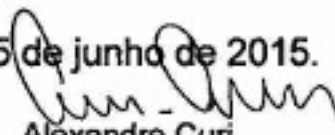
**Art. 1º** Institui a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser realizada anualmente na semana que inclui o dia 27 de novembro - Dia Nacional de Combate ao Câncer.

**Art. 2º** A Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer tem como objetivo promover eventos, palestras, campanhas e aulas, com a finalidade de mobilizar a população quanto aos aspectos educativos e sociais do controle do câncer.

**Art. 3º** A data ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

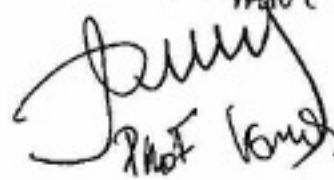
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator

  
Aníbal Khury

  
Aníbal Khury



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 71/2015 (Autoria do Deputado Dr. Batista)

Instituição da Semana Estadual de  
Conscientização, Prevenção e Combate a  
Diabetes, a ser realizada anualmente na  
semana de 9 a 18 de novembro.

**Art. 1º** Institui a Semana Estadual da Conscientização,  
Prevenção e Combate a Diabetes, a ser realizada anualmente na  
semana de 9 a 18 de novembro.

**Art. 2º** Na semana ora instituída, o poder público, as  
empresas e as entidades civis poderão promover atendimentos,  
exames, palestras e outras atividades que visem à conscientização  
da população.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Alexandre Curi  
Presidente

Relator

Prof. Longo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

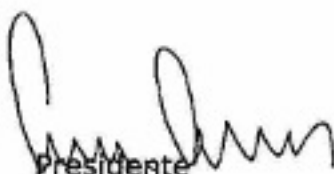
**Redação Final ao Projeto de Lei nº 399/2015**  
(Autoria do Deputado Fernando Scanavaca)

Concessão de Título de Utilidade  
Pública à Associação Beneficente São  
Francisco de Assis, com sede e foro no  
Município de Umuarama.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação  
Beneficente São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de  
Umuarama.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

  
Presidente

  
Relator

  
João Mendes

  
Ws86 V

  
Prof. Carlos



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Nereu Moura



## PROJETO DE LEI Nº 160/2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 MAR. 2015

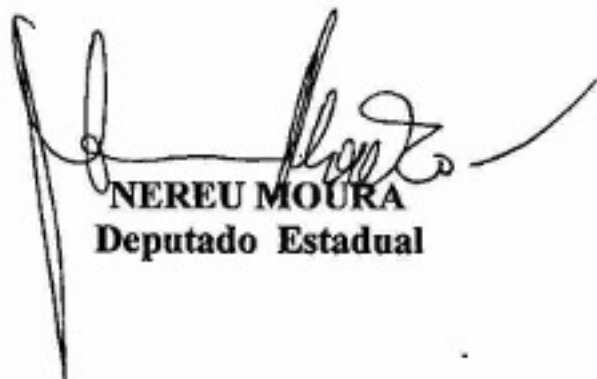
1º Secretário

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública o  
“Lar São Vicente de Paulo”, com sede  
no Município de Santana do Itararé/Pr e  
Comarca em Wenceslau Braz-Pr

**Art. 1º.** - Fica declarada de Utilidade Pública o “Lar São Vicente de Paulo”, com sede no Município de Santana do Itararé/Pr e Comarca em Wenceslau Braz

**Art. 2º.** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 2015.

  
**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Nereu Moura



## JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo, entidade fundada desde 1984, é uma Associação civil de direito privado, beneficente e de assistência social, sem fins econômicos que tem por finalidade a prática de caridade cristã.

O Lar São Vicente de Paulo é destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, sem condições de saúde física e mental. Prestará assistência material, moral, social, intelectual em condições de dignidade e liberdade.

Pelas considerações apresentadas, a referida entidade cumpre os quesitos que regulamentam a matéria, tornando-a apta para ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 160/2015**

**Projeto de Lei nº. 160/2015**  
**Autor: Deputado Nereu Moura**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **Lar São Vicente de Paulo**, com sede no Município de Santana do Itararé/PR e Comarca em Wenceslau Braz/PR.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Lar São Vicente de Paulo**, com sede no Município de Santana do Itararé/PR e Comarca em Wenceslau Braz/PR.



## FUNDAMENTAÇÃO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

**Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:**

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II - ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III - finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 19 de Maio de 2015.

*[Assinatura]*  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEP. FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
Praça Nossa Senhora da Salete nº 1 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15 *[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Aronaldo Jure

**PROJETO DE LEI** 244/2015

Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas e Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Planalto.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas e Rodagem – DER/PR, a efetuar doação, ao Município de Planalto, do imóvel constituído de uma área de terra com 3.018,18 m<sup>2</sup>, referente ao Lote Urbano nº 60-A e suas benfeitorias, na área urbana daquele município, matriculado sob nº R-1-M-12.944, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 013/2015

Curitiba, 31 de março de 2015.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

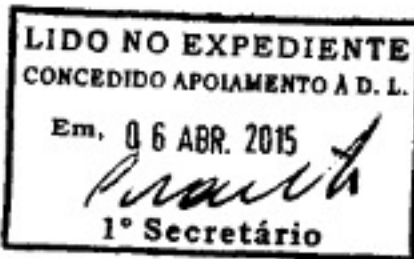


À DAP para leitura no expediente.

À DL para providências.

Em, 02/04/15

Presidente



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar doação, ao Município de Planalto, do imóvel constituído de uma área de terra com 3.018,18 m², referente ao Lote Urbano nº 60-A e suas benfeitorias, na área urbana daquele município, matriculado sob nº R-1-M-12.944, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para serviço público municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em questão fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e que retornará ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.878.611-4



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 244 /2015**

**Projeto de Lei nº 244 /2015**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 13/2015**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas e Rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Planalto.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PLANALTO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 13/2015, visa efetuar a doação ao Município de Planalto, do imóvel sob Matrícula nº R-1-M-12.944, do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, com área de 3.018,18 m², de propriedade do Estado do Paraná.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais cabe analisar a possibilidade da realização da doação, sem os trâmites necessários para realização de licitação pública. Vejamos, então, o que o Art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei Federal n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;**

Verifica-se, ainda, presente a cláusula revogando automaticamente a doação do imóvel em caso de utilização diversa, conforme artigo 2º, do referido Projeto de Lei, dando exclusividade ao Município de Planalto. Artigo este, que segue conforme ditames da Lei de Licitações, no seu art. 17, anteriormente citado, §1º, senão vejamos:

**§1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da **Lei Complementar Federal nº 95/98**, bem como, **no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014**, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de abril 2015.

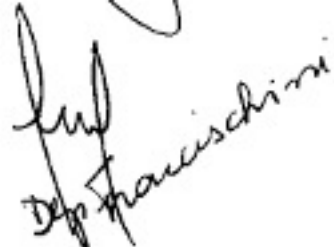
  
Dep. Nelson Justus  
Presidente

  
Dep. Claudia Pereira  
Relator

  
Dep. Hugo Amaral

  
Dep. Carlos

  
Dep. Wilson

  
Dep. Francischini

  
Dep. Mendes

  
Dep. Ruy

  
Dep. Juto

**APROVADO**

08.04.15





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 244/15**

**Projeto de Lei nº. 236/2015**

**Autor: Poder Executivo 21/2015**

*Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação do Imóvel que Especifica ao Município de Nova Aliança do Ivaí.*

**EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CESSÃO. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 21/2015, que dispõe sobre a doação de imóvel que especifica ao Município de Planalto, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 08 de março de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*



**Art. 33-F.** Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever uso de bem público e sua doação, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 10, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a alienação e cessão dos bens pertencentes ao Estado:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

**Parágrafo único.** A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*



Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a pretendida doação, desde que atendidos os requisitos legais para tanto.


No mérito, da análise do presente projeto de Lei, recomenda-se apenas, para dar cumprimento integral aos requisitos legais, a anexação, antes de sua aprovação, da matrícula do imóvel ou outro documento hábil que comprove a propriedade e descrição do imóvel contido na mensagem de lei.


Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

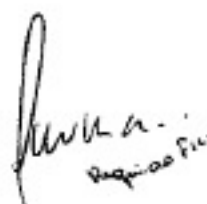
#### CONCLUSÃO

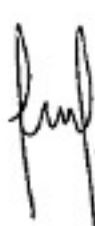
Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.


Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

  
Dep. Estadual PAULO LITRO  
RELATOR

  
Dep. Estadual JOÃO MEDEIROS  
PRESIDENTE

  
Região Fica

  
Felipe  
Francisconi

  
Wilmara  
Rachimbas

  
Pastor e Assessor



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 255/2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 07 ABR. 2015

*maut*

1º Secretário

Concessão de Título de  
Utilidade Pública  
Estadual à Associação  
Lima – Protetora dos  
Animais de Pato Branco,  
Estado do Paraná.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública Estadual a Associação Lima – Protetora dos Animais do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.898.344/0001-71, com sede na Rua Benjamim Borges dos Santos nº 48, Bairro Frarom, em Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de Abril de 2015.

  
GUTO SILVA  
DEPUTADO ESTADUAL

14:59 07/04/2015 081591 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



### JUSTIFICATIVA

A Associação Lima – Protetora dos Animais de Pato Branco, Estado do Paraná, trabalha a mais de 8 (oito) anos, sempre buscando melhores condições de vida aos animais abandonados e sob maus tratos.

Hoje a Associação conta com mais de 200 animais entre cachorros, cavalo, gatos e macacos. A Associação, diariamente, efetua a limpeza de canis, alimentação, remédios, banhos, e principalmente o carinho aos animais.

Resgata-se em média 20 a 30 animais que são abandonados na rua. Priorizam-se os doentes e sob maus tratos, pois são os que precisam de ajuda mais imediata. Infelizmente não há como resgatar todos. Todos os animais recolhidos são devidamente alimentados, medicados e castrados.

Sempre buscando melhores condições de vida aos animais abandonados e sob maus tratos, a Associação Lima – Protetora dos Animais de Pato Branco, Estado do Paraná, precisando para melhor atender sua finalidade e cumprir a sua missão prevista no seu estatuto, ser agora reconhecida como entidade de utilidade pública estadual, como já reconhecida no âmbito municipal, pelo que contamos com os nobres pares.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 255/2015**

**Projeto de Lei nº. 255/2015**  
**Autor: Deputado Estadual Guto Silva**

**Súmula:** Concessão de Título de Utilidade Pública Estadual à Associação Lima-Protetora dos Animais de Pato Branco, Estado do Paraná.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.**

**PRÉAMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Guto Silva, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Lima-Protetora dos Animais de Pato Branco, Estado do Paraná.





## **FUNDAMENTAÇÃO**

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

**Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:**

- I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a **Súmula e o Artigo 1º** do projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

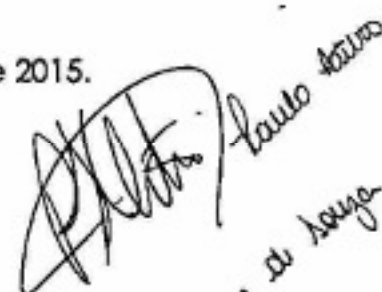


**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


Sala das Comissões, 26 de maio de 2015.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

26/05/15 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 255/2015**


De acordo com o que determinam o artigo 137, §2 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 255/2014, passa a contar com a seguinte redação:

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Associação Lima- Protetora dos Animais de Pato Branco**, com sede e foro no Município de Pato Branco.


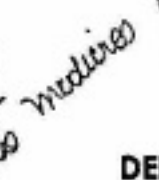


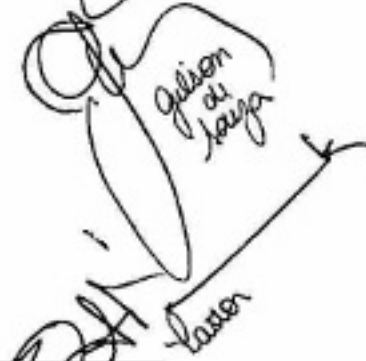
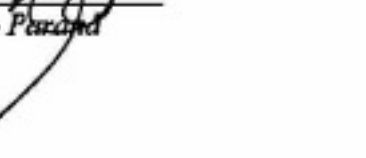


**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação Lima- Protetora dos Animais de Pato Branco**, com sede e foro no Município de Pato Branco.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26 de Maio de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
  
**Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**

**APROVADO**

**26/05/14**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 320 / 2015

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 13 MAIO 2015


1º Secretário

Concessão de Título de Utilidade  
Pública ao Instituto de Saúde de  
Ampére – ISA, com sede e foro  
no Município de Ampére.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública ao Instituto de Saúde de  
Ampére, com sede e foro no Município de Ampére.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2015

  
Ademir Luiz Traiano  
Deputado Estadual



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



### JUSTIFICATIVA

O Instituto de Saúde de Ampére – ISA, instituído sob a forma de Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, tendo como objetivo a prestação de serviços de saúde à população.

Suas finalidades são as de oferecer assistência médica ambulatorial, hospitalar e outros complementares, os mais amplos que seus recursos permitirem, seja por meio do Sistema Único de Saúde-SUS ou de convênios com o poder público.

O Instituto tem como sede o Município de Ampére, na rua Visconde de Guarapuava, nº 580 – Bairro São Francisco e como foro o mesmo Município.

Diante do exposto, solicitamos a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual ao Instituto. A documentação encontra-se em conformidade com as exigências da legislação pertinente. Por isto solicitamos o apoio de nossos ilustres pares para aprovar o presente projeto de lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 370/2015**

**Projeto de Lei nº. 370/2015**

**Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano**

**Súmula:** Concessão de Título de Utilidade Pública ao **Instituto de Saúde de Ampére- ISA**, com sede e foro no Município de Ampére.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto de Saúde de Ampére- ISA**, com sede e foro no Município de Ampére.



## FUNDAMENTAÇÃO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

**Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:**

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II - ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III - finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

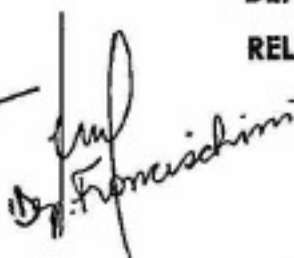
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 09 de Junho de 2015.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**Dep. Teófilo**

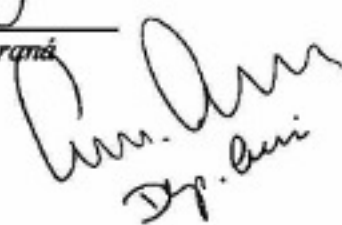
  
**Dep. Francischini**

  
**Dep. Tomaz**

  
**Dep. Guto**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**Dep. Luiz**

  
**Dep. Aníbal**